

## O transformismo do Partido dos Trabalhadores (PT) e a dívida pública

Laudicéia Araújo Santana<sup>1</sup>

### 1. Introdução

O objetivo do presente artigo é mapear as mudanças que ocorreram sobre o tema da dívida pública, nas resoluções finais dos Congressos do Partido dos Trabalhadores (PT) (I ao IV) e nos Programas de Governo<sup>2</sup> (1990-2010), vinculando-as ao “transformismo” que o Partido sofreu nesse período, influenciado por mudanças na conjuntura mundial e nacional e por definições estratégicas que foram sendo tomadas com vistas, principalmente, a ganhar as eleições presidenciais, como afirma Pomar (2015).

O artigo está organizado em 4 seções, sendo a primeira esta introdução. A segunda seção aborda o contexto histórico do surgimento do PT e as disputas pela sua definição ideológica que irão influenciar posteriormente as transformações pelas quais o PT passou, a terceira apresenta o mapeamento sobre as definições programáticas realizadas nos Congressos do Partido e nos Programas de Governo sobre a dívida pública e analisa as mudanças a luz do conceito gramsciano de transformismo e a última seção apresenta as considerações finais sobre o tema em debate.

### 2. Contexto histórico, surgimento e disputas pela definição da base ideológica do Partido dos Trabalhadores

O final dos anos 70 e início dos anos 80 vai ser marcado por um contexto de crise econômica, social e política e esse cenário influenciou tanto a formação do PT quanto a sua agenda de luta naquele momento.

No âmbito internacional, os sistemas econômicos vigentes estavam em crise. O capitalismo mergulhou em mais uma crise que deu os seus primeiros sinais ainda no início dos anos 70 com o 1º choque do petróleo, aumento das taxas de juros internacionais, desemprego e inflação que culminou nos anos 80 com a implantação na Inglaterra e nos Estados Unidos do neoliberalismo.

A experiência real do socialismo também está em crise e como enfatiza Netto (1995) a despeito da heterogeneidade e diversidade das razões identificadas em cada

---

<sup>1</sup> Doutora em Ciências Sociais pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande/PB. Professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba.

<sup>2</sup> Serão analisadas as resoluções dos quatro Congressos do Partido realizados entre a sua fundação (1980) e o final do Governo Lula (2010) e os Programas de Governo apresentados para as eleições presidenciais no período de 1989 a 2010. Essa foi uma escolha metodológica a partir do objeto de estudo desenvolvido durante o doutorado, qual seja, a atuação do sistema da dívida durante o Governo Lula (2003/2010).

um dos países do bloco como responsáveis pelo seu surgimento, há uma centralidade em todos eles do componente político de contestação do Estado e da sociedade pós-revolucionária.

O Brasil e os países da América Latina começaram a década de 80 mergulhados na crise da dívida externa provocada pelo aumento das taxas de juros internacionais e por processos inflacionários descontrolados que foram responsáveis pela adoção de políticas fiscais restritivas, com vistas a fazer frente às condicionalidades impostas pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), que começou nessa década a monitorar as economias latino-americanas para o cumprimento dos acordos de renegociação da dívida externa.

Além desse cenário de crise, no Brasil, o final da década de 70 vai ser marcada pelo surgimento do “novo sindicalismo” cuja característica central foi a autonomia de classe por parte dos trabalhadores que, desde a greve de Osasco e Contagem em 1968 violentamente reprimida pela ditadura militar, passaram a ser “representados” por sindicatos que estavam atrelados ao governo e pela vigência da Lei Anti-greve.

Em 1978, a despeito da vigência desta Lei, ocorreu uma das mais expressivas greves de metalúrgicos que começou na fábrica da Scania em São Bernardo do Campo/SP e logo se espalhou por outras fábricas. A reivindicação central era o reajuste salarial, no entanto, os seus efeitos não se restringiram a essa pauta. A medida que se colocaram como sujeitos autônomos frente ao sindicalismo vinculado ao governo, essa greve ganhou outro significado: a retomada da luta de classe pelos trabalhadores que havia ficado “em suspenso” durante essa década.

É nesse contexto, como relatado por Coelho (2005) que começam a surgir às primeiras discussões acerca da necessidade da criação de um Partido<sup>3</sup> que aglutinasse as forças que emergiram dessa reorganização dos trabalhadores, visto que o MDB, partido de oposição consentida durante a ditadura militar, não se apresentava como alternativa para ser a expressão política desses novos sujeitos.

Para Coelho a reconfiguração da luta de classe, decorrente da agudização dos conflitos e contradições sociais, materializadas nas lutas sociais contra a carestia, por transporte e moradia junto com a transição da ditadura para a democracia, são as motivações para o surgimento de um Partido que representasse a expressão política dos trabalhadores.

Outra discussão que aparece de maneira recorrente quando se resgata a fundação do PT são as forças que contribuiriam diretamente para o seu surgimento.

---

<sup>3</sup> Formalmente o Partido dos Trabalhadores foi fundado em 10 de fevereiro de 1980 no Colégio Sion em São Paulo e foi reconhecido pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) como um partido oficial em 11 de fevereiro de 1982.

Coelho problematiza a centralidade apontada por parte significativa das narrativas a respeito do papel desempenhado por Lula, e como essa versão, impacta nas disputas que foram travadas dentro do Partido e no seu posterior transformismo. Sobre a narrativa centralizada na pessoa do Lula na formação do PT, o autor afirma:

[...] este discurso, [...] quando tomado como explicação para a gênese histórica de uma formação política em cuja construção estiveram empenhados outros sujeitos, com outros projetos, corre um sério risco: o de substituir a história real das tensões que constituíram o PT pela versão do protagonista vencedor. (COELHO, 2005 p. 50)

Para o autor, a ideia do protagonista vencedor vai ser utilizada quando das disputas internas do Partido, com o argumento de que determinadas teses seriam oriundas do grupo de Lula e por isso teriam mais legitimidade interna do que outras, pelo fato de não se originarem no seio desse grupo que posteriormente vai ser denominado de Articulação<sup>4</sup>.

O PT não surgiu como um partido revolucionário, que tivesse entre as suas definições programáticas a luta anticapitalista, no *Manifesto de Fundação do Partido dos Trabalhadores* está explícita tal definição, como segue:

Os trabalhadores querem a independência nacional. Entendem que a Nação é o povo e, por isso, sabem que o país só será efetivamente independente quando o **Estado for dirigido pelas massas trabalhadoras**. (PARTIDO DOS TRABALHADORES, MANIFESTO DE FUNDAÇÃO, 1980, s.p. grifo nosso)

O seu objetivo era a “direção” do Estado pelos trabalhadores cuja meta seria a de realizar uma política democrática tanto do ponto de vista econômico quanto social, o que demonstra a crença na possibilidade de enfrentar nos marcos do capitalismo, a desigualdade e a pobreza, como afirma Sampaio Jr (2017).

Fontes (2003)<sup>5</sup> vai apontar que o PT na sua fundação tinha duas perspectivas: o socialismo e a democracia. O primeiro foi sendo deixado de lado com o passar do tempo e a discussão sobre democracia foi assumindo um papel cada vez mais secundário, limitado para a autora, ao campo eleitoral, da mesma forma que os partidos liberais.

Aqui nos cabe esclarecer a existência de tendências no PT. Desde as discussões que foram feitas antes mesmo da formalização do Partido dos Trabalhadores envolveram-se sujeitos dos mais diferentes setores e matizes

---

<sup>4</sup> Segundo Coelho o embrião do que viria a ser a Articulação vai surgir ainda nos anos 70 durante a reorganização do movimento sindical dos metalúrgicos quando Lula foi presidente do sindicato dos metalúrgicos de São Bernardo em 1975. Os processos de formação internos e o movimento de articulação realizados com outros sindicatos de outros estados e segmentos distintos como os dos bancários no Rio Grande do Sul (Olívio Dutra), dos petroleiros em Minas Gerais, por exemplo, vai criando um grupo que se organiza a partir da liderança de Lula.

<sup>5</sup> Entrevista realizada e sistematizada por Demier (2003) no livro *As transformações do PT e os rumos da esquerda no Brasil*.

ideológicas, como parlamentares da tendência popular do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), líderes sindicais e de movimentos de base, membros das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) da Igreja Católica e membros da esquerda organizada, esse coletivo difuso, quando da formalização do Partido, vai se organizar internamente em grupos, cujo critério aglutinador foi a identificação ideológica.

Essa característica fundante do Partido vai se refletir em toda a sua história e os seus documentos oficiais espelham as disputas em torno das concepções de Partido e de Governo, entre as distintas Tendências que o Partido agrega, o que segundo Lacerda (2010) “[...] gerou uma dinâmica interna marcada pela formação de grupos com referenciais ideológicos diferentes, fato que foi intensificando-se após sua fundação, com o seu processo de estruturação. (LACERDA, 2010. p.05). De acordo com Coelho (2005) até 1983 o grupo que dirigia o PT Nacional não estava ainda organizado numa tendência, isso vai se dar em agosto daquele ano com o *Documento dos 113* elaborado um pouco antes do Encontro Estadual do PT de São Paulo.

A respeito das disputas internas dentro do PT e das estratégias que foram utilizadas pela Articulação para manter-se como hegemônica dentro do partido, Coelho classifica como “discurso do petismo autêntico” que se baseia em 4 pilares: o discurso do mito fundador; a reprodução de legitimidade do grupo dirigente através da reprodução do mito; a desqualificação das demais tendências, mesmo aquelas que participaram do movimento pró-PT; a condenação da defesa da vanguarda da política em contraposição ao partido de massas. “Para a maioria das correntes “à esquerda”, a Articulação era a direita do PT.” (COELHO, 2005, p. 72)

Soma-se a esse “discurso do petismo autêntico” o maior número de militantes que a Articulação reunia “atraídos” pela liderança de Lula, além do fato de que “[...] este grupo incorporou, muitas vezes, aspectos parciais dos projetos concorrentes.” (ibid. p. 52).

As discussões preparatórias para a realização do 5º Encontro Nacional<sup>6</sup> do PT realizado em 1987 é um marco importante para compreender a construção da hegemonia da Articulação e da imposição de sua concepção de Partido e de governo para as demais forças existentes no PT. As divergências se agudizam por duas razões que são sumarizadas por Coelho (2005): a primeira, o delineamento do *Projeto Democrático e Popular*, e a segunda a discussão, do ponto de vista da Articulação, da *Resolução sobre as Tendências*. Onde efetivamente residia o ponto fundamental da discórdia e do aumento das disputas internas no Partido? Na relativização do conceito de burguesia a ser adotado pelo Partido, não considerando-a mais na sua totalidade

---

<sup>6</sup> O Partido se organizou em Instâncias Nacionais: Congresso Nacional do Partido, Encontro Nacional, Diretório Nacional, Executiva Nacional, Setoriais Nacionais e a Juventude do PT.

como inimiga da classe trabalhadora, mas abrindo a possibilidade de aproximação com a pequena burguesia urbana e rural. O argumento utilizado era de que essa fração da burguesia desempenhava um papel estratégico para o desenvolvimento das forças produtivas que contribuiriam para a “destruição do capitalismo e a construção do socialismo” e que taticamente era preciso aproveitar as “contradições momentâneas entre os diversos setores da burguesia” e realizar alianças táticas e pontuais cujo objetivo seria ampliar forças para o enfrentamento ao projeto da burguesia nas eleições que se aproximavam.

Essa mudança de visão sobre a burguesia, foi decisiva para as mudanças que o Partido fez nos anos seguintes, especialmente após a derrota eleitoral de 1989 para a Presidência da República. Podemos considerar esse como o primeiro giro à direita do PT e como uma das primeiras manifestações do transformismo que iria se construindo a partir da hegemonia da Articulação nos anos 90.

Em 1989 o PT concorre pela primeira vez à Presidência da República tendo como candidato Lula que consegue voto suficiente para o segundo turno tendo como adversário Collor de Melo do Partido da Reconstrução Nacional (PRN), saindo vitorioso este último. Essa derrota, para Pomar (2015), vai representar um divisor de águas para o Partido. É nesse momento que a Articulação resolve dar um “giro para a direita” tendo José Genoíno e Eduardo Jorge como as expressões mais significativas “O “giro para a direita” se materializa numa oposição inicial ao Fora Collor, numa tentativa de restringir o Fora Collor a temas éticos, num apoio de fato ao governo Itamar e na defesa do parlamentarismo.” (POMAR, 2015. n.p.)

A adoção da agenda neoliberal pelo governo Collor também vai ter influência nas definições e rearticulações que o PT vai passar a tomar daí por diante. O enfraquecimento dos sindicatos com a flexibilização das leis trabalhistas e o aumento do desemprego geraram um refluxo na organização dos trabalhadores. Aliada a essa nova reconfiguração da luta de classe, soma-se a narrativa de ineficiência do Estado, paralelo ao desmonte do socialismo real, reforçaram dentro do partido, tendo como caixa de ressonância a Articulação, a modificação nas estratégias adotadas doravante, o que abriu espaço para uma aproximação cada vez maior com partidos de centro e de direita com vistas a ganhar eleições.

Nas eleições de 1989 as referências de classe ainda permaneciam presentes nas teses do Partido. O que vai ser sistematicamente abandonado na década seguinte, e que terá implicações diretas na forma como a dívida pública será abordada, já que como será apresentado na seção seguinte, há uma mudança significativa na abordagem sobre a dívida e sobre seus efeitos econômicos e sociais, não apenas para o Brasil, mas para o conjunto dos países da América Latina.

## 2. Resoluções e propostas sobre a Dívida Pública nos Congressos e Programas de Governo do PT

O Partido dos Trabalhadores realizou até 2016 cinco Congressos e concorreu em todas as eleições presidenciais. No entanto serão analisados apenas quatro Congressos, já que o último ocorreu em 2015 estando, portanto, fora do período escolhido para a análise que vai até 2010, último ano do segundo mandato do governo Lula. Nesta seção, serão mapeadas as resoluções e propostas apresentadas sobre a dívida pública.

Essa análise será realizada agrupando os debates e propostas em três processos distintos, tanto em relação aos Congressos quanto aos Programas de Governo, como está posto no quadro 1: a) **Disputa interna pela hegemonia do PT e de suas definições programáticas**; b) **Hegemonia da Articulação** e c) **Transformismo**.

Evidentemente que esse “agrupamento” não significa que estamos considerando esse processo como constituído por etapas em que uma foi sendo substituída por outra. Os fenômenos sociais não possuem essa linearidade, são dinâmicos e uns estão imbricados nos outros, o resultado da disputa depende do acúmulo de forças e da capacidade dos sujeitos que estão envolvidos de serem capazes de impor, pelo menos temporariamente, a sua visão de mundo e os seus interesses ao restante do grupo, os quais serão novamente postos em disputa em um processo contínuo. Isso significa que o critério utilizado para agrupar cada uma dessas etapas foi o predomínio de determinados comportamentos, tomada de posições e atitudes, que na disputa travada internamente com outras visões se tornaram hegemônicas.

### a) Disputa interna pela hegemonia do PT e de suas definições programáticas

Consideramos que o Programa de Governo apresentado em 1989 para o mandato de 1990-1994 e o I Congresso realizado em 1991 retrata o momento de **disputa interna pela hegemonia do PT e de suas definições programáticas**. Em função disso, nessa fase a dívida pública é abordada como uma das formas de atuação dos interesses imperialistas nos países periféricos e responsável por parte dos graves problemas econômicos, políticos e sociais enfrentados. Consequentemente as propostas apresentadas tem uma perspectiva de agrupar forças no Brasil e na América Latina para se contrapor a tal investida.

As discussões travadas e as propostas apresentadas refletem de maneira geral a visão de mundo que está em disputa dentro do Partido, a independência de

classe, nesse sentido, aponta as contradições do modelo de desenvolvimento capitalista implementado no país, realiza uma crítica a forma dependente como a economia brasileira se insere no cenário internacional e questiona o papel do capital financeiro na tomada de decisão dos Organismos Multilaterais, especialmente o FMI, em relação às renegociações da dívida externa e as imposições feitas para a formação do superávit primário. Questiona a priorização do pagamento dos serviços da dívida em detrimento das políticas sociais e do desenvolvimento nacional, embora não apresente propostas em termos de superação desse modelo de desenvolvimento e dentre as resoluções aprovadas no I Congresso (1991) está inclusive a suspensão do pagamento dos serviços da dívida. Em relação ao Programa de Governo, apresentado no ano de 1989 (mandato 1990-1994), encontra-se uma análise crítica em relação à dívida externa, identificando os mecanismos utilizados pelo sistema da dívida, tais como o aumento das exportações e a manutenção de altas taxas de juros como instrumento para atração de investidores, e classificando-a como uma agiotagem internacional.

Em função desse diagnóstico, o Programa de Governo apresenta como primeira proposta em relação à dívida a suspensão dos pagamentos e a realização de auditoria com o objetivo de desnudar os mecanismos que levaram ao aumento vertiginoso da dívida e, inclusive, chega a indicar a possibilidade da realização de um plebiscito para decidir o que deve ser feito a partir dos resultados de tal investigação.

**Quadro 1 - Síntese das deliberações dos Congressos e das propostas nos Programas de Governo do Partido dos Trabalhadores sobre a Dívida Pública**

PT OPOSIÇÃO				PT GOVERNO				
Disputa pela hegemonia		Hegemonia da Articulação		Transformismo				
Programa de Governo (1990-1994)	I Congresso (27/11 a 01/12 de 1991)	Programa de Governo (1995-1998)	II Congresso (24 a 28/11/1999)	Programa de Governo (1999-2002)	Programa de Governo (2003-2006)	III Congresso (31/08 a 02/09 2007)	Programa de Governo (2007-2010)	IV Congresso (18 a 20/02/2010)
<p>a) Suspender os atuais acordos com o FMI e o pagamento do serviço da dívida externa,</p> <p>b) Colocar a dívida <i>subjudice</i>, iniciando auditoria, com a participação do Poder Legislativo e de organizações da sociedade civil.</p> <p>c) Priorizar os fóruns internacionais e a negociação política de governo a governo.</p> <p>d) Congelar as operações de empréstimos e suspender a conversão da dívida em investimentos.</p>	<p>1. Considera a dívida externa como um dos maiores problemas dos países da América Latina;</p> <p>2. Critica os programas de ajustes do FMI;</p> <p>3. Ressalta a necessidade de solução definitiva para a dívida externa;</p> <p>4. Define como uma das estratégias para a campanha presidencial de 1994 a suspensão da dívida externa</p>	<p>a) Rediscussão dos problemas relacionados com as dívidas externas dos países periféricos;</p> <p>b) Renegociação de contrato sem a imposição das condicionalidades pelo FMI e pelo Banco Mundial;</p> <p>c) Contestação dos acordos firmados durante o governo Itamar Franco nos Fóruns Internacionais</p>	<p>1. Necessidade de enfrentamento aos interesses do capital financeiro nacional e internacional;</p> <p>2. Responsabiliza a dívida externa pelos problemas econômicos dos anos 80;</p> <p>3. Enfatiza as consequências danosas da adoção do Plano <i>Brady</i></p> <p>4. Denuncia o acordo com o FMI</p> <p>5. Propõe a articulação dos países da América Latina para renegociação conjunta</p> <p>6. Apoia o Plebiscito proposto pela CNBB</p> <p>7; Faz referência à dívida interna</p>	<p>a) Referência ao pagamento dos serviços da Dívida se sobrepondo aos investimentos e aos gastos sociais</p> <p>b) Não apresenta proposta</p>	<p>a) Apresenta análises gerais sobre a atuação do capital globalizado;</p> <p>b) Aponta a necessidade de regulação da abertura para o capital financeiro;</p> <p>c) Ressalta a necessidade de denunciar o acordo com o FMI.</p> <p>d) Ressalta o papel internacional ativo que o Brasil deve ter junto a outros países para questionar as dívidas externas dos países pobres;</p> <p>e) Questiona a prioridade dada aos credores</p> <p>f) Não apresenta propostas</p>	<p>1. Referência ao crescimento da dívida externa no governo FHC, mesmo com as privatizações</p> <p>2. Trata a antecipação dos pagamentos ao FMI como quitação da dívida;</p> <p>3. Enfatiza o desatrelamento do Consenso de Washington que colocava a economia á serviço da especulação internacional</p>	<p>a) Duas referências pontuais à dívida pública: a redução dos juros para diminuir a dívida e a necessidade de redução da relação dívida/PIB.</p> <p>b) Não apresenta propostas</p>	<p>Não há referência à dívida pública nos dois documentos: <i>Diretrizes sobre o Programa de Governo e Construção Partidária</i></p>

## b) Hegemonia da Articulação

O Programa de Governo apresentado em 1994 (mandato 1995-1998) e o II Congresso do PT realizado em 1999 demonstram em suas análises e propostas a consolidação da **hegemonia da Articulação**. Isso não significa que foi só nesses espaços, no momento de sua realização, que esse processo foi consolidado. Entendemos a construção da hegemonia da Articulação como fruto de um processo de disputas intenso dentro do Partido em busca de definir qual seria o formato do partido, o que não estava, posto *a priori*, quando da criação do PT por diferentes forças nos anos 80. Essas disputas se deram nos Encontros Nacionais, na Executiva Nacional, nas direções estaduais e municipais. O Programa de Governo e o II Congresso representam a materialização de toda a construção da hegemonia que se consolida em uma instância decisória do Partido e que vai, daí por diante, direcionar as posturas e decisões do Partido.

A Articulação foi avançando internamente na imposição de suas pautas, como por exemplo, o recebimento de doação de empresa privada, quando da campanha eleitoral para o governo do estado de São Paulo em 1994 e nas alianças com partidos de centro e de direita no mesmo período na Bahia. Evidentemente que a disputa continuou existindo dentro do PT, mas restrita a um grupo minoritário. A Articulação já construiu uma capilaridade dentro do Partido, o que permitiu a imposição de suas posições.

Ainda estão presentes as discussões sobre a dívida pública, o seu impacto negativo para os países da América Latina, a necessidade de rediscussão das condicionalidades impostas pelos Organismos Internacionais e o seu questionamento em Fóruns internacionais, bem como o apoio ao Plebiscito que a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil realizou em 2000. Mas a forma e a intensidade das discussões já não são mais as mesmas apresentadas anteriormente.

Para Machado (2004) essas novas posturas são decorrentes da avaliação feita da derrota de 1989 e dos ajustes necessários, na ótica da Articulação para conseguir vencer as eleições presidenciais. Somamos a esses fatores, a mudança na conjuntura nacional e internacional que gera o refluxo na organização dos trabalhadores, além das experiências administrativas no âmbito municipal e estadual que vai forjando o novo direcionamento do Partido. O que se percebe, ainda de acordo com autor, é que depois de 1989 “[...] combinaram-se uma inflexão negativa (do ponto de vista socialista) na evolução do PT e do próprio Lula.”

Além dessas mudanças que estão ocorrendo e que serão ainda mais aprofundadas quando o PT assumir a Presidência da República a partir de 2003, é necessário considerar também o papel que o capital financeiro internacional exerce sobre os países, como coloca Chesnais (1998) o poder da finança global, que em apenas um movimento altera o funcionamento da economia mundial e/ou nacional.

### c) Transformismo

Consideramos que mesmo antes do PT assumir a Presidência da República em 2003, o Partido já havia abandonado o critério de classe como demarcador de suas posições e definições, embora essa postura só fique mais evidente quando o governo Lula mantém e aprofunda a política neoliberal adotada pelo ciclo de governos que começa com Collor em 1990, a submissão aos interesses do mercado começa bem antes, como enfatizado por Sampaio Jr (2017) “Antes mesmo das eleições, o PT dobrou-se à chantagem do “mercado” e comprometeu-se a honrar todos os contratos com o grande capital. A partir daí, tudo foi feito para viabilizar a reciclagem do padrão de acumulação em crise aguda” (SAMPAIO JR. 2017 p. 69).

A derrota para as eleições em 1989, a investida neoliberal, a derrocada do socialismo real, as gestões municipais e estaduais, somadas constituem, para nós, a chave explicativa para tais mudanças. Isso não significa dizer que a sua ocorrência só poderia ter como resultado o abandono das bandeiras históricas e princípios que embasaram o PT, especialmente durante a sua primeira década de existência. Como estamos tratando de um fenômeno social, a interação entre os sujeitos e as suas visões de mundo influenciam nas decisões a serem tomadas e no caminho a ser percorrido. O que estamos buscando demonstrar são as condições objetivas que serviram de pano de fundo para a mudança de rota do PT, e não que essa foi uma mudança inevitável e o único caminho possível. Esse foi o caminho escolhido pelas forças hegemônicas que atuavam dentro do PT naquele momento histórico.

As referências à dívida pública e seus impactos negativos sobre a destinação de recursos para as áreas sociais, ainda estão presentes nas análises realizadas nos Congressos, mas ocorre um abrandamento no tratamento do tema, até a sua posterior exclusão nas resoluções do IV Congresso realizado em 2010. Nos Programas de Governo, como apresentado no quadro 01, a apresentação de propostas deixa de existir a partir de 1999.

Para entendermos adequadamente esse abandono de princípios e a

adoção de outros que contradizem frontalmente com aqueles que estavam na base de formação do PT é necessário recorrermos a um conceito que foi adotado por Gramsci para compreender um processo histórico com características semelhantes ocorrido na Itália no período do *Risorgimento*, o transformismo.

O transformismo foi utilizado por Gramsci para analisar a revolução parlamentar burguesa na Itália, o *Risorgimento*, o movimento em que o Partido da Ação representante das classes populares foi “incorporado” pelos moderados, camada dirigente, e as massas populares não são incorporadas no âmbito do novo Estado, como segue: “o chamado “transformismo” é tão-somente a expressão parlamentar do fato de que o Partido da Ação é incorporado molecularmente pelos moderados e as massas populares são decapitadas, não absorvidas no âmbito do novo Estado.” (GRAMSCI, Caderno 9, 2002. p. 93).

Para Gramsci, a supremacia de um grupo social se manifesta de dois modos, pela direção intelectual e moral de grupos afins e aliados e pelo domínio que se dá sobre os adversários. Para o autor o processo de supremacia dos moderados vai se dá a partir dos dois modos, visto que o Partido da Ação não construiu no seu interior intelectuais orgânicos que pudessem direcionar o processo revolucionário.

Em função disso, para ele, o *Risorgimento* se caracteriza como uma revolução passiva, ou seja, uma revolução que não altera de maneira radical as relações sociais e políticas, mas ocorre a partir da conciliação das diferentes frações da burguesia com as velhas classes com o intuito de fazer com que não ocorram mudanças efetivas. É uma revolução consentida, que se diferencia de maneira profunda do que ocorreu, por exemplo, na Revolução Francesa, que rompeu efetivamente com as relações sociais e políticas pretéritas e criou novas formas, tendo a burguesia como classe hegemônica. Por isso que, para ele, a revolução passiva “parece exato não só para a Itália, mas também para os demais países que modernizaram o Estado através de uma série de reformas ou de guerras nacionais, sem passar pela revolução política de tipo radical-jacobino”. (GRAMSCI, 2002 p. 209/210)

Contrapondo-se à revolução permanente, a revolução passiva, decorre da inexistência das condições materiais que não estão suficientemente desenvolvidas para que seja possível a realização da ruptura mais profunda, avançando para além do que as forças moderadas ou conservadoras estão dispostas a realizar. Disso decorre, para Dal Maso (2016) que a revolução passiva deve ser entendida como uma resposta ao fracasso da revolução ativa

dos trabalhadores e não como um processo de modernização, determinado pela progressividade histórica do capitalismo, no sentido de que o capitalismo busca permanentemente formas de recriar a sua duração.

A revolução passiva ocorre a partir de dois momentos distintos, o primeiro a restauração, uma reação conservadora à possibilidade de que os de baixo realizem uma transformação radical e efetiva, e a renovação, na qual algumas demandas dos de baixo são atendidas através de concessões das camadas dominantes. (COUTINHO, 2010)

Nas situações em que ainda não estão postas as condições materiais para a revolução permanente, a alternativa encontrada pela classe que detém a direção e o domínio é realizar “concessões” a outra classe ou frações de classe para que não haja mudanças profundas. A conciliação dos interesses, com base na manutenção das condições de direção e domínio, só que com a incorporação, de forma parcial e cooptada, daqueles que antes buscavam uma revolução.

Ao não acumular forças suficientes para construir um projeto anti-hegemônico, o PT transformou-se no seu oposto, um partido da ordem, que ao invés de questionar o capitalismo em sua fase rentista, amplia os mecanismos necessários a sua reprodução. Como afirma Sampaio Jr (2017) “[...] o governo do PT converteu-se no contrário do que se esperava e, sem pruridos ideológicos, optou pela continuidade do ajuste ortodoxo, aceitando docilmente a tutela do mercado financeiro e dos organismos internacionais sobre a política econômica.” (SAMPAIO, 2017 p. 52)

As transformações sofridas ao longo do tempo pelo PT foram responsáveis pela postura assumida pelo governo Lula (2003-2010) de manutenção e aprofundamento das políticas neoliberais já em curso naquele momento, e pela busca de conciliação de classe, em função do abandono do princípio de independência de classe adotada especialmente na primeira década de existência do Partido.

Com o PT o processo de transformismo não acontece apenas na campanha para as eleições de 2002 em que o Partido saiu vitorioso. Ele foi fruto de um processo de acomodação do Partido, que tem sua gênese na derrota das eleições presidenciais em 1989, segundo César Benjamim<sup>7</sup> o partido acabou ao longo de sua história se transformando em um grupo conservador, que esteve voltado para um projeto de poder e não para um projeto de sociedade.

---

<sup>7</sup> As análises e citações de César Benjamim, Arcary, Fontes, Babá e Zé Maria apresentadas aqui, estão em Demier (2003) *As transformações do PT e os rumos da esquerda no Brasil*.

Arcary (2003) enfatiza que a eleição de Lula não foi uma “solução improvisada.” Para ele, tanto o PT quanto a burguesia veio se preparando para essa eleição: “Embora o PT não seja um partido da burguesia brasileira, há um processo de preparação histórica para que, numa situação de emergência, Lula pudesse ser a salvação eleitoral que galvanizasse o voto de oposição sem ameaçar o regime [...] (ibid. p. 16).

A esse processo, corresponde o transformismo pelo qual o partido foi passando em sua história que permitiu o ascenso ao poder em uma ampla aliança com a burguesia, numa revolução sem revolução como já analisou Gramsci sobre a Itália. Para Zé Maria (2003) a Carta ao Povo Brasileiro e a sinalização da manutenção do acordo com o FMI realizado durante a campanha de 2002 já apontavam para a manutenção do modelo neoliberal em curso, ele afirma:

O programa que embalou essencialmente a candidatura Lula foi o da manutenção do modelo neoliberal, ou seja, ainda candidato ele estabeleceu compromissos como a manutenção dos acordos com o FMI, a manutenção do pagamento da dívida, expressos na “carta aos brasileiros”, que na verdade era uma carta aos banqueiros. (DEMIER, 2003 p. 19).

Em 1994, como já registrado, o PT aceitou pela primeira vez doação de empresas. Entre estas, além da Odebrecht, o Unibanco fez uma doação de aproximadamente R\$ 500 mil, Garcia (2008) *apud* Vieira (2012), avalia que o setor financeiro, no caso do Unibanco, estava começando a entender que ocorriam mudanças no PT. Essa tendência de financiamento de campanha vai ser permanente, chegando nas eleições de 2002<sup>8</sup> e de 2006 a ter uma presença significativa de setores como o financeiro e do agronegócio, que serão amplamente beneficiados com as ações do governo Lula.

Na campanha de 2002 o aporte financeiro total foi mais alto para Lula 50,1% do total do que para Serra 49.9%. Além disso, o setor financeiro é o que mais contribui para os dois candidatos, 10,9% para Lula (mais de R\$ 6 milhões) e 22,9% (R\$ 12,7 milhões) para Serra. Esse quadro reflete a pouca diferenciação para a classe burguesa, em especial a fração financeira, entre os dois candidatos, visto que apoiam financeiramente os dois. Tal fato reforça o transformismo pelo qual o Partido dos Trabalhadores estava passando e o distanciamento cada vez maior de suas bases, o movimento social e sindical.

Nas eleições de 2006 ocorre uma queda no financiamento por parte do setor financeiro, cai de 33,8% em 2002 para 21,7%. A queda mais significativa

---

<sup>8</sup> Para maiores detalhes consultar: Almeida, março 2007. p. 64

ocorre no financiamento da campanha do PSDB. Em 2002 esse percentual foi de 22,9% e caiu para 11,1%, mantendo praticamente o mesmo percentual para o candidato Lula 10,5% do total. Esse segmento foi o grande beneficiado com o governo Lula, tanto no que se refere aos lucros dos bancos quanto pelo pagamento dos serviços da dívida pública.

Vale ressaltar a diferença entre as doações quando Lula era apenas candidato às eleições em 2002 e quando, como denomina Almeida (2007), passa a “ser inquilino” no Palácio do Planalto. Em 2002 ele recebe 50,1% das doações totais, o que já chama a atenção por se tratar de um Partido que 20 anos antes (anos 80) nem sequer aceitava doações de empresas para suas campanhas. Mas esse percentual sobe para 62,1% do total de doações, ao passo que o PSDB cai de 49,9% para 37,9%.

Outro dado relevante é o aumento significativo das doações para o candidato Lula em 2006<sup>9</sup> de R\$ 27,9 milhões em 2002 para R\$ 75 milhões, um aumento de 264% entre uma eleição e outra. Esses dados reforçam a nossa argumentação em torno do atendimento pelo governo Lula aos interesses desses setores, que novamente apostam numa candidatura que manterá a mesma política macroeconômica e a manutenção do sistema da dívida pública intocado, em um transformismo que só avança e se consolida. O financiamento de campanha é inclusive uma das formas de atuação do sistema da dívida em vários países. Segundo Fattorelli (2013), ao financiar as campanhas e as ditaduras, o sistema financeiro mantém sob o seu poder os futuros governantes e legisladores, para que alterem as estruturas legais em função dos seus interesses. Podemos citar como exemplo a reforma da previdência aprovada pelo governo Lula logo nos primeiros 8 meses do mandato em 2003.

Singer (2001) reconhece o transformismo do PT, muito embora o trate como um processo natural, como se não houvesse outra possibilidade para a história do partido. Como se fosse **esse o único** desfecho esperado para todos os partidos, a via eleitoral e a sua submissão aos interesses da classe dominante, ele afirma: “A retórica muda, devagar, para não parecer que houve traição aos velhos princípios, da ênfase na revolução para a crença em reformas profundas, e depois, apenas reformas, o que não significa que deixem de existir diferenças significativas entre esses partidos e os conservadores.” (SINGER, 2001, p. 85)

Não consideramos que o transformismo é um “caminho natural” a ser

---

<sup>9</sup> Para maiores detalhes consultar: Almeida, março 2007. p. 65

seguido como apontado por Singer (2001). Essa foi a opção feita pelo PT que, ao assumir funções dentro da ordem estabelecida, optou por afastar-se dos movimentos sociais, inclusive freando a sua atuação bem como expulsando ou isolando os membros do partido que se colocavam contrários à postura que o partido ia assumindo. Esse caminho foi responsável pelo abandono da construção de um projeto contra-hegemônico para o país defendido pelo Partido nos anos 80.

Além disso, ao assumir cargos no executivo e legislativo, os membros do partido direcionavam parte de seus salários para o fundo partidário, o que levou o partido a passar a escolher entre os seus membros aqueles que tinham maiores possibilidades de serem eleitos, gerando “políticos de carreira” como ocorria com os outros partidos.

Outro fator que contribui para a consolidação do transformismo no PT foi o gerenciamento dos fundos de pensão por militantes do Partido, o que gerou uma “nova classe”, como denominado por Oliveira (2006). Mas essa “nova classe” não surge apenas pós contrarreforma da previdência feita pelo governo Lula em 2003. Ainda em 1997 a Caixa de Previdência do Banco do Brasil (PREVI) fez parte do consórcio que venceu o leilão da Companhia Vale do Rio Doce, do qual faziam parte integrantes da Articulação Sindical, principal tendência do PT, embora o partido tivesse se posicionado contrário às privatizações, segundo Garcia (2008) *apud* Vieira (2012).

Corroborando com as análises do autor supracitado, o documento da Articulação de Esquerda (AE), uma das Tendências do PT, elaborado para o seu 2º Congresso<sup>10</sup> (2015), faz um autocrítica ao direcionamento que o Partido assumiu a partir de 1995 que, ao invés de manter seu direcionamento programático de derrotar o capitalismo e construir o socialismo, a direção tomada foi de combate ao neoliberalismo e para isso acabou adotando uma estratégia de aliar-se ao capital nacional, através especialmente de alianças com partidos de centro e de direita.

Para Coelho (2005), o transformismo do PT pode ser percebido de duas maneiras: a primeira pela dissolução dos vínculos orgânicos com a classe trabalhadora, o partido não mais se presta a representar e organizar os trabalhadores, passando ao contrário, a “controlar” as manifestações em nome da governabilidade. Isso pode ser exemplificado com a greve dos servidores públicos em 2003 contra a reforma da previdência, e a segunda maneira é a de

---

<sup>10</sup> O 2º Congresso da Articulação de Esquerda (AE) aconteceu de 2 a 4 de abril de 2015 no Instituto Cajamar em São Paulo.

conter as revoltas populares, com a qual cumpre o papel de defesa dos interesses da classe dominante, em função disso, o autor passa a caracterizar o PT como sendo uma esquerda para o capital. O autor ainda chama a atenção para o fato de que se o PT agora tem como função “gerir e organizar os interesses dos capitalistas,” isso significa em termos gramscianos ser um intelectual orgânico da classe burguesa.

#### 4. Considerações Finais

Da identificação da dívida como um problema central a ser enfrentado pelos países da América Latina que exigiria de seus governos a adoção de uma postura contestatória frente às imposições dos Organismos Bilaterais no I Congresso e no Plano de Governo apresentado em 1989, para uma ausência sistemática de deliberações sobre o tema nos Congressos e de Propostas nos Programas de Governo seguintes. Essa postura caracteriza o transformismo pelo qual o PT passou ao longo de sua história.

O partido que historicamente - pelo menos o seu surgimento e a sua primeira década de existência - teve como objetivo o fortalecimento da classe trabalhadora e a defesa de seus interesses, a medida que foi se institucionalizando, foi também abandonando as suas bandeiras históricas de lutas e, ao chegar a Presidência, cumpriu os acordos que foram firmados pelo governo FHC com o FMI e com a burguesia nacional e internacional, como se não tivesse compromissos históricos com a classe trabalhadora de onde era originário. A contrarreforma da previdência, a ampliação do superávit primário, entre outros, demonstra a opção que o Partido, ou parte significativa dele fez ao chegar à Presidência da República.

A partir das reflexões realizadas, centradas nos documentos do Partido e nos Programas de Governo, foi possível perceber o caminho percorrido pelo PT que o levou a distanciar-se cada vez mais de suas prioridades iniciais, a organização de classe e a construção de um governo dos trabalhadores, teses que o Partido defendia na sua origem e que vai aos poucos - à medida que a eleição presidencial e posteriormente a governabilidade passa a se tornar o grande objetivo<sup>11</sup> - se diluindo frente à construção de estratégias que permitam ganhar as eleições e gerir o capitalismo.

Essa análise reforça a interpretação de que o governo Lula teve um caráter conservador, de não rompimento com o padrão de desenvolvimento

---

<sup>11</sup> Para aprofundamento consultar Machado (2004) e Borges Neto (2003).

dependente implementado até então, rompimento que era apontado como necessário nas resoluções do I e II Congresso do Partido e nos Programas de Governo de 1990 e 1995. O III e IV Congresso e os Programas de Governo de 1999, 2003 e 2007 representam um divisor de águas nas posturas do Partido e evidenciam as suas contradições recorrentes.

### Referências bibliográficas

- ALMEIDA, Rodrigo de. **Dos interesses**. Revista Insight Inteligência. Ano IX. nº 36. 1º trimestre. Março 2007. Disponível em: <<http://www.insightinteligencia.com.br>. Acesso em 06/mai/2018
- BORGES NETO. João M. **Um governo contraditório**. Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política. Rio de Janeiro, nº 12, p. 7-27. Junho 2002. Disponível em: <<http://www.sep.org.br/download?id>>. Acesso em: 26/nov/2016.
- CHESNAIS. François.(org). **A mundialização financeira: gênese, custos e riscos**. Xamã. São Paulo. 1998.
- COELHO. Erelino. **Uma esquerda para o capital. Crise do Marxismo e mudanças nos projetos políticos dos grupos dirigentes do PT (1979-1998)**. Tese. Universidade Federal Fluminense. Niteroi. 2005. Disponível em:<<http://www.centrovictormeyer.org.br>>. Acesso em 05/mai/2018
- COUTINHO, Carlos Nelson. **A hegemonia da pequena política**. IN: OLIVEIRA, Francisco. BRAGA, Ruy. RIZEK, Cibele (orgs). **Hegemonia às avessas: economia, política e cultura na era da servidão financeira**. São Paulo: Boitempo, 2010.
- DAL MASO. Juan. **El marxismo de Gramsci: notas de lectura sobre los cuadernos de la cárcel**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Ediciones IPS, 2016.
- DEMIER. Felipe (Coord). **As transformações do PT e os rumos da esquerda no Brasil**. Rio de Janeiro: Bom texto. 2003.
- FATTORELLI, Maria Lúcia. **Auditoria Cidadã da dívida pública. Experiências e métodos**. Brasília: Inove Gráfica e Editora, 2013.
- GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. vol.5. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2002.
- LACERDA, Gislene Edwiges de. **O surgimento do Partido dos Trabalhadores: uma análise de documento pré-histórico de sua fundação**. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/virtu/files/2010/05/artigo-7a22.pdf> . Acesso em: 25/nov/2016.
- MACHADO, João. **As eleições de 2002 e o significado do governo Lula — Uma contribuição ao debate dos desafios diante da esquerda brasileira**. Revista Espaço Acadêmico. Ano IV, nº 42. ISSN 1519-6186. Novembro de 2004. Disponível em: <<<http://www.espacoacademico.com.br/042/42cmachado.htm>. Acesso em: 29/nov/2016.
- MOULIAN, Tomás. **Chile actual. Anatomía de un mito. Serie punto de fuga. Coleccion sin Norte. Arcis Universidad**. Chile. 1997.
- NETTO. José Paulo. **Crise do socialismo e ofensiva neoliberal**. 2ª edição. São Paulo: Cortez. 1995.
- OLIVEIRA. Francisco de. **O momento Lênin**. Novos Estudos CEBRAP. nº 75. São Paulo. Julho de 2006. p. 23-47. Disponível em: < <http://www.scielo.br>> Acesso em: 22/abr/2018
- OLIVEIRA. Luciana A. Aliagra Ázara. **Revolução passiva e transformismo: a análise gramsciana sobre a democracia parlamentar**. Disponível em: <<http://www.sociologia-alas.org> >. Acesso em: 05/mai/2018
- PARTIDO DOS TRABALHADORES. **Resoluções de Encontros e Congresso. 1º Congresso do PT. 1991**. Disponível em: <<http://www.fpabramo.org.br>>.

Acesso em: 14/set/2016.

\_\_\_\_\_. **Resoluções de Encontros e Congressos. 2º Congresso do PT. 1999.** Disponível em: <<http://www.fpabramo.org.br>>. Acesso em: 14/set/2016.

\_\_\_\_\_. **Resoluções de Encontros e Congressos. 3º Congresso do PT. 2007.** Disponível em: <<http://www.fpabramo.org.br>>. Acesso em: 14/set/2016.

\_\_\_\_\_. **Resoluções de Encontros e Congressos. 4º Congresso do PT. Resoluções sobre tática política de alianças aprovada no 4º Congresso do PT. 2010.** Disponível em: <<http://www.fpabramo.org.br>>. Acesso em: 14/set/2016.

\_\_\_\_\_. **Diretrizes para a Elaboração do Programa de Governo. Resolução do 6º Encontro Nacional. Resoluções de Encontros e Congressos. 1998.** Disponível em: <<http://www.fpabramo.org.br>>. Acesso em: 14/set/2016.

\_\_\_\_\_. **Programa de Governo 1990. Brasil urgente. Lula Presidente. Economia. 1989.** Disponível em: <<http://www.fpabramo.org.br>>. Acesso em: 14/set/2016.

\_\_\_\_\_. **Programa de Governo 1994. Bases do Programa de Governo Lula Presidente uma Nova Revolução Democrática no Brasil. 1993.** Disponível em: <<http://www.fpabramo.org.br>>. Acesso em: 14/set/2016.

\_\_\_\_\_. **Programa de Governo 2003. Coligação Lula Presidente. Um Brasil para Todos. 2002.** Disponível em: <<http://www.fpabramo.org.br>>. Acesso em: 14/set/2016.

\_\_\_\_\_. **Programa de Governo 2007-2010. Lula de Novo com a Força do Povo. 2006.** Disponível em: <<http://www.fpabramo.org.br>>. Acesso em: 14/set/2016.

\_\_\_\_\_. **Carta Compromisso. 1998.** Disponível em: <<http://www.fpabramo.org.br>>. Acesso em: 14/set/2016.

\_\_\_\_\_. **Estatuto do Partido dos Trabalhadores. 2005.** Disponível em: <<http://www.fpabramo.org.br>>. Acesso em: 14/set/2016.

\_\_\_\_\_. **Manifesto de Fundação do Partido dos Trabalhadores. 1980.** Disponível em: <<http://www.pt.org.br>>. Acesso em: Acesso em: 14/set/2016.

\_\_\_\_\_. **Discurso de Lula na 1º Conferência do Partido dos Trabalhadores. Resoluções e Congressos.** Disponível em: <<http://www.fpabramo.org.br>>. Acesso em: 14/out/2016.

POMAR, Valter. **A trajetória da tendência petista Articulação de Esquerda.** 2015. Disponível em: <[http:// valterpomar.blogspot.com](http://valterpomar.blogspot.com)>. Acesso em: 05/mai/2018

SAMPAIO JR. Plinio de Arruda. **Crônica de uma crise anunciada: Crítica à economia política de Lula e Dilma.** São Paulo: SG-Amarante Editorial, 2017.

SINGER, André. **Raízes sociais e ideológicas do lulismo.** Novos Estudos CEBRAP. nº 85. p. 83-102. Novembro de 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br>>. Acesso em: 20/abr/2018

\_\_\_\_\_. **O PT.** São Paulo: Publifolha. 2001.

\_\_\_\_\_. **Os sentidos do Lulismo: Reforma gradual e pacto conservador.** São Paulo: Companhia das Letras. 2012

VIEIRA, Rafaela. **O transformismo petista: considerações acerca das transformações históricas do Partido dos Trabalhadores no Brasil.** Memórias. *Revista digital de historia y Arqueologia desde el Caribe Colombiano.* Ano 9. Nº 17. *Barranquilla. Julio-Diciembre* 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br>. Acesso em: 30/abr/2018.